

MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: A DERROCADA DA EMPATIA?

Fernanda Fochi Nogueira Insfran¹; Juliana Crespo Lopes²; Alessandra Tozatto³; Gleiciane Lage Soares Poubel⁴; Tiago Afonso Sentinelli⁵; Thalles Azevedo Ladeira⁶; Sâmela Estéfany Francisco Faria⁷

1 Psicóloga, mestre e doutora em Psicologia e professora adjunta da Universidade Federal Fluminense. Professora credenciada ao Programa de Pós Graduação em Ensino (PPGEEn/UFF). Coordenadora do Núcleo de Estudos Interseccionais em Psicologia e Educação (NEIPE/UFF).

2 Psicóloga, mestre e doutoranda em Processos do Desenvolvimento Humano e Saúde (PGPDS/UnB), professora substituta de Psicologia da Educação (FUP/UnB), bolsista de doutorado pela CAPES.

3 Psicóloga, mestre em Ensino (PPGEEn/UFF), professora do curso de psicologia da UniRedentor, técnica em assuntos educacionais do Instituto Federal Fluminense.

4 Pedagoga, mestre em Ensino (PPGEEn/UFF), técnica em assuntos educacionais do Instituto Federal Fluminense.

5 Professor de História da SEEDUC/RJ e mestrando em Ensino (PPGEEn/UFF).

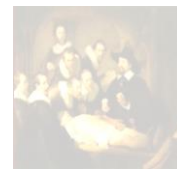
6 Pedagogo, mestrando em Ensino (PPGEEn/UFF), supervisor escolar da Secretaria Municipal de Educação de Itaocara/ RJ.

7 Pedagoga, mestranda em Ensino (PPGEEn/UFF).

Resumo

Este artigo objetiva refletir sobre as recentes ações de militarização de escolas públicas anunciadas pelo Ministério da Educação. Buscamos compreender como a sociedade, aterrorizada pelo medo do outro, entendido como perigoso, aceita e legitima o processo de militarização das escolas públicas, diametralmente oposto à educação humanista, autônoma, reflexiva, dinâmica e libertadora. Partimos da compreensão de que processos de militarização dentro dos contextos escolares impedem o desenvolvimento de subjetividades individuais, tolhendo modos de ser e viver que destoam de determinadas normativas. A escola militarizada atua de maneira não empática e, apesar disso (ou em função disso), é apoiada por parte significativa da população que também não consegue mais estabelecer relações empáticas com as alteridades que anunciam o caráter plural de nossa sociedade. Entendemos que por trás do fracasso dos métodos convencionais de educação reside o fato de que não é possível abarcar todos os sujeitos (e suas pluralidades) com uma única prática e postura pedagógica, de viés colonialista, principalmente uma tendência pedagógica baseada na imposição de normas e disciplina militares para controle, normatização e enquadramento de sujeitos. Dessa forma, buscamos aqui apresentar possibilidades outras para as relações escolares, que se pautem na empatia, reconhecendo e valorizando os aprendizes como sujeitos históricos, sociais e interseccionais que devem ter suas subjetividades respeitadas. A fim de ilustrar a discussão sobre o tema em questão, realizamos uma análise de conteúdo de 126 comentários sobre notícias referentes à militarização das escolas e destacamos ao longo do texto aqueles que consideramos mais pertinentes para a discussão.

Palavras-chave: Militarização da educação. Escolas Públicas. Empatia. Subjetividades.



MILITARIZATION OF PUBLIC EDUCATION IN BRAZIL: THE COLLAPSE OF EMPATHY?

Abstract

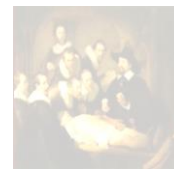
This article aims to reflect on the recent militarization actions of public schools announced by the Brazilian Ministry of Education. We seek to understand how society, which is terrorized by the fear of the other because understands it as dangerous, accepts and legitimizes the process of militarization of public schools, which runs diametrically counter to humanist, autonomous, reflexive, dynamic and liberating education. We assume the understanding that processes of militarization within school contexts impede the development of individual subjectivities, hindering ways of being and living that are different from certain normatives. The militarized school acts in a non-empathetic way and, despite this (or because of it), it is supported by a significant part of the population that no longer manages to establish empathetic relationships with the alterities that announce the plural aspect of our society. We understand that behind the failure of conventional methods of education lies the fact that it is not possible to embrace all the individuals (and their pluralities) with a single pedagogical practice and posture of colonialist bias, mainly a pedagogical tendency based on the imposition of military norms and discipline for control, normalization and framing of subjects. Thus, we seek here to present other possibilities for school relations, based on empathy, recognizing and valuing the learners as historical, social and intersectional subjects who must have their subjectivities respected. In order to illustrate the discussion on the topic in question, we made a Content Analysis of 126 comments on news related to the militarization of schools and highlight throughout the text those we consider most pertinent to the discussion.

Key-words: Militarization of education. Public Schools. Empathy. Subjectivities.

INTRODUÇÃO

Este artigo surge da inquietação que sentimos diante da falta de empatia cada dia mais frequente em todas as relações sociais e humanas. Discutindo no nosso grupo de pesquisa¹, composto por psicólogas e educadore(a)s, sobre as dificuldades nas relações entre professores-alunos e famílias-escolas, consideramos importante desenvolver um ensaio onde pudéssemos refletir sobre as recentes ações governamentais de implantação de escolas públicas cívico-militares e a distância abissal entre esse modelo militarizado (que aniquila subjetividades) e o paradigma democrático, empático e humanista proposto pela Abordagem Centrada na Pessoa (1).

¹ Núcleo de Estudos Interseccionais em Psicologia e Educação - NEIPE/PROPP/UFF



Todos os retrocessos pelos quais passamos desde 2016 no Brasil - desmonte de políticas públicas em saúde, educação, habitação, renda mínima e perda de direitos trabalhistas e de minorias, com conseqüente aumento das desigualdades - têm suscitado indignação, repúdio, medo e desesperança. Tais sentimentos têm gerado uma insegurança existencial generalizada que culmina em fraturas ético-político-sociais (2) que colocam em xeque a própria identidade do povo brasileiro, antes entendido como gentil, acolhedor e cordial (3). Hoje assistimos estarecidos ao apogeu do anti-intelectualismo, da deslegitimação dos direitos humanos, da incapacidade de acolher a diversidade ou de estender um olhar empático sobre um outro que não seja espelho.

Nesse sentido, escolhemos apresentar aqui uma análise dos documentos e informações atualizadas da implantação das escolas públicas cívico-militares (4), expondo contradições e fragilidades desse projeto. Em seguida, discutiremos brevemente os processos sociais que culminaram em posturas de total recusa da alteridade pautadas em sentimentos de terror e pânico incutidos por veiculação de informações falsas, alienação social e culpabilização do outro (5). Nesse sentido, buscamos refletir em como tudo isso gera incapacidade de exercitar empatia. Também discutiremos a relação dessa falta de empatia com a aceitação/legitimação/celebração deste projeto/implantação da militarização de escolas públicas. Uma ação governamental que colabora para consolidar a desmoralização/desprestígio dos profissionais de educação perante a sociedade em geral.

Como forma de ilustrar todo o mencionado no parágrafo anterior, consideramos relevante desenvolver uma análise de conteúdo (6) de comentários deixados por internautas ao final de uma notícia sobre o projeto de implantação de escolas públicas cívico-militares (7). Além dessa análise que aponta para categorias de comentários que expõem alienação, preconceito e culpabilização de alunos e famílias pobres, vamos apresentar alguns desses comentários na íntegra.

Por fim, encerraremos este artigo com um sopro de esperança ao apresentar algumas experiências de Educação Centrada em Estudantes (ECE), modelo baseado em pressupostos humanistas e que valoriza abertura, autonomia, uma relação professor- aluno respeitosa e afetuosa, em suma, uma educação emancipadora (8-10).

A implementação das escolas cívico-militares: distância entre o discurso oficial e a prática oficiosa



As escolas brasileiras, principalmente as públicas, aparecem constantemente no noticiário do país, na maioria das vezes devido às dificuldades enfrentadas pelos atores escolares. Nos acostumamos a ver, ouvir e ler a grande mídia: noticiar episódios de violência ocorridos entre os muros das escolas (11); apresentar indicadores educacionais que denunciam o baixo rendimento escolar da maioria de nossas crianças e adolescentes; apontar para as precárias instalações de grande parte das escolas públicas brasileiras; e cobrar e criticar trabalhadores da educação que são obrigados a fazer constantes greves para reivindicar melhores salários, planos de carreira e condições dignas de trabalho.

Estar cotidianamente na mídia, quase sempre de forma negativa, gerou representações igualmente negativas na sociedade em geral (12) com relação ao trabalho que é desenvolvido por grande parte dos professores de forma heroica, visto a enorme precariedade das condições de trabalho e adoecimento que esta causa (13-14) Soma-se a isso, as muitas reformas educacionais - entendidas por alguns autores como “contrarreformas” (15) - implantadas desde a década de 1990, que colaboraram muito para consolidar a precarização da formação e atuação dos professores, em todos os níveis, bem como para fragilizar ainda mais a relação de professores, alunos, famílias e escolas (16-17).

Assim, entendemos que a desmoralização/deslegitimação dos docentes, o adoecimento de uma considerável parcela destes por motivos laborais (18) e a percepção social negativa, reforçada pela mídia que associa os alunos das escolas públicas a práticas violentas (11;19), estariam na base da grande aprovação popular ao projeto de implementação de escolas públicas cívico-militares. O projeto, lançado em setembro de 2019 pelo Governo Federal (20), tem a intenção de implantar 216 escolas cívico-militares em todo o país até 2023 (4). Mas o que vem a ser esse modelo cívico-militar?

O atual programa de escolas cívico-militares que buscará implantar em 216 escolas públicas o modelo de parceria com o Ministério da Defesa, em três anos, coloca como objetivo oficial “melhorar o processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas e se baseia no alto nível dos colégios militares do Exército, das Polícias e dos Corpos de Bombeiros Militares”(20). Essa finalidade nos gera duas problematizações:

A primeira diz respeito à falácia da afirmação que os colégios militares têm um aproveitamento superior ao de outras instituições de ensino públicas. De acordo com

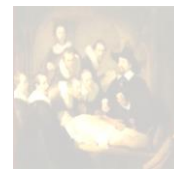


os dados do ENEM de 2017, os Institutos Federais Tecnológicos têm média mais alta que os Colégios Militares, sendo o único sistema público com média mais alta que a dos colégios particulares (21). Em relação aos custos anuais, enquanto em uma escola pública regular, pública integral e Instituto Federal são respectivamente em torno de R\$6 mil, R\$8 e R\$16 mil, no colégio militar o montante chega a R\$19 mil por estudante (22).

Já a segunda, mais complexa, é um questionamento sobre quais práticas didático-pedagógicas serão utilizadas para alcançar a melhora do processo de ensino e aprendizagem. Em nenhum momento do decreto ou das informações disponíveis no site existe qualquer menção às abordagens ou práticas pedagógicas. Bastante ênfase é dada às questões orçamentárias e comportamentos, atitudes, valores humanos e cívicos (20), porém sabe-se que os processos de construção de conhecimento extrapolam a simples apreensão de conteúdos a partir de uma disciplina rígida. Existem condições facilitadoras para a aprendizagem acontecer, conforme veremos mais adiante, onde discutiremos o paradigma da educação centrada no estudante (ECE), um modelo humanista de educação crítica, reflexiva e emancipadora (1; 9).

Ademais, as informações constantes no decreto incorrem em uma contradição, uma vez que afirmam que “os militares atuarão no apoio à gestão escolar e à gestão educacional, enquanto professores e demais profissionais da educação continuarão responsáveis pelo trabalho didático-pedagógico” (20). Ou seja, o trabalho didático-pedagógico permanece com o mesmo quadro de docentes. Assim, permite-se a inferência de que o projeto de escolas cívico-militares pressupõe que a disciplina e a coerção - presentes no treinamento militar - serão os aspectos que garantirão maior qualidade nas aprendizagens discentes.

Isso fica mais nítido quando analisamos os regulamentos que estabelecem o modelo de ensino aprendizagem dos Colégios Militares. Entendendo que os Colégios Militares se aproximam bastante da estrutura das Forças Armadas, o Estatuto dos Militares determina no artigo 14 do Capítulo III que “a hierarquia e a disciplina são a base institucional das Forças Armadas” e a disciplina consiste na “rigorosa observância e acatamento integral” das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam e coordenam o funcionamento do organismo militar (23). O acatamento integral pressupõe a inexistência da possibilidade de reflexão ou problematização sobre conteúdos, métodos ou acontecimentos no ambiente escolar. Muitos estudos têm defendido a importância de práticas reflexivas e da participação ativa de

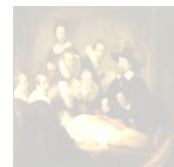


estudantes para atingir aprendizagens mais significativas (24). Definitivamente não é isso que está sendo valorizado pelo modelo militar de educação.

Também a prevalência da hierarquia enquanto base pedagógica pode ser questionada, uma vez que o estudo a respeito do desenvolvimento da moral na criança e no adolescente (25) entende a importância de ultrapassar o momento no qual obedece-se a uma regra por medo de sanções para aquele em que existe uma postura autônoma. Além disso, é fundamental para o engajamento, a motivação e para a qualidade das aprendizagens que exista um movimento de saída da submissão e o exercício emancipatório em relação às próprias práticas de construção de conhecimentos (10; 26).

Em termos jurídicos e educacionais, o decreto de implementação de escolas públicas cívico-militares sofre críticas e é alvo de uma proposta parlamentar de anulação do mesmo (27), por ser uma afronta à legislação educacional ao negar autonomia pedagógica e administrativa às escolas, entre outros entraves jurídicos. Desde 2013, quando houve grande crescimento da quantidade de escolas públicas entregues à gestão de militares (principalmente policiais inativos), educadores e instituições de todos os níveis de ensino passaram a criticar publicamente este modelo de administração escolar (19). Até 2019, havia 240 escolas militarizadas no país, segundo dados da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares do Ministério da Educação (28). Em audiência (28) sobre o tema, realizada em maio de mesmo ano no Congresso Nacional, os educadores presentes criticaram o custo por aluno dessas escolas, que é três vezes maior (conforme explicitado acima) que o das demais escolas públicas. Também demonstraram preocupação com a exclusão que um projeto nacional pode causar, visto que não serão todas as escolas que receberão os investimentos provenientes da adesão voluntária ao projeto - o Governo Federal prometeu destinar uma verba extra de 1 milhão de reais a cada escola que decidir aderir ao projeto cívico-militar.

Segundo educadores críticos ao projeto, em Estados e municípios que já têm escolas cívico-militares, como é o caso do Estado de Goiás que iniciou a militarização ainda na década de 1990, criou-se uma cisão entre as escolas militarizadas e não militarizadas, onde estas últimas acabam abandonadas pela Secretaria de Educação (28). Outra questão apontada pelos educadores é que não cabe às escolas resolver o problema da violência - que é estrutural e sistêmico - no país (29). Portanto, não é impondo disciplina e coerção militar a crianças e adolescentes e culpabilizando



professores e alunos pelas mazelas sociais do país que iremos dar conta desse problema.

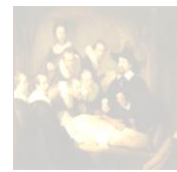
Por fim, muito preocupa a nós, educadores, que a importante discussão sobre o investimento na educação seja secundarizada e substituída pela máxima de que o militarismo é a solução para todo e qualquer problema social (29-30). A proposta em implementação pelo MEC pode ignorar anos de discussão e postergar ações sobre formas justas e equânimes de gerenciar escolas com qualidade, inclusivas e com boas condições de ensino e aprendizagem (19;29). A militarização vem como fórmula mágica para acabar com todos os problemas, mas, infelizmente, não passa de um cabide de emprego para militares da reserva (29) que pouco ou nada entendem de práticas pedagógicas.

Empatia em vertigem (ou como abraçamos o militarismo como tábua de salvação)

O título deste tópico propositalmente faz paródia ao título do documentário brasileiro que está concorrendo ao Oscar 2020, “Democracia em vertigem”. Entendemos que existe relação intrínseca entre a derrocada da democracia brasileira e da empatia nas relações humanas e sociais. A partir de um breve histórico das mudanças sociais, políticas e econômicas do país nos últimos anos, talvez consigamos entender essa relação não tão óbvia.

Desde 2013, com as manifestações populares que sacudiram o país, temos percebido uma forte ascensão do conservadorismo político, econômico e moral. O pacto social firmado pelo ex-presidente Lula quando eleito pela primeira vez, em 2002, ruiu (31). Assim, sob o pretexto do combate à corrupção, a grande mídia, o empresariado e outros grupos de interesse político econômico apoiaram o golpe que destituiu a então presidenta Dilma Rousseff e lançou o país numa espiral sem fim de retrocessos e ataques a direitos universais duramente conquistados.

O que mais choca em toda essa trajetória, que culminou em 2018 na eleição do presidente Jair Bolsonaro, representante de grupos declaradamente antidemocráticos, neoliberais e avessos a direitos humanos, é ver a calejada população brasileira aceitar perda de direitos, precarização das condições de vida e trabalho, miséria e fome como naturais. Falando especificamente do campo da educação, vivemos desde o início de 2019 um rápido e intenso desmonte da educação pública, com muitas ações governamentais de perseguição, censura e desinvestimento a educadores e projetos



promotores de educação crítica, reflexiva e emancipadora, vistos pelos grupos conservadores como ações de doutrinação ideológica de esquerda (32). Professores brasileiros, além de lidar com todas as dificuldades cotidianas da educação pública em processo de desmonte (precárias condições de trabalho, saúde e existência), agora se defrontam com ameaças de punição e criminalização de atividades docentes perpetradas pelos apoiadores de projetos como o Escola Sem Partido (33).

Diante do exposto, levantamos uma questão: Por que o atual governo federal, de extrema direita, apoiado pela classe dominante, optou por focar no desmonte da educação pública - se valendo de notícias falsas contra Universidades e docentes - e na perseguição aos professores já tão combatidos? Ao analisar a conjuntura através de um viés histórico crítico (33), podemos perceber que a crise do capitalismo que estamos atravessando difere das anteriores por ter perdido a característica de cíclica. Vivemos atualmente uma crise global e contínua que nos impossibilita manter altas taxas de crescimento como vinha acontecendo há 40 anos. Assim, a única forma dos capitalistas manterem suas margens de lucro é aumentando a desigualdade via retirada de direitos e precarização da existência. Para o sucesso dessa empreitada, é necessário remover do caminho os perigos que a educação crítica e reflexiva (que potencialmente pode formar uma massa de contestadores e opositores ao sistema) traz (5).

Assim, com a preciosa ajuda da grande mídia (a serviço das classes dominantes e do empresariado nacional e internacional) e fortes doses de vitimização dos grupos sociais privilegiados, terror e pânico social foram disseminados (5; 34). A paz social, que havia garantido anos de prosperidade e harmonia no país, foi varrida para longe e houve rápido acirramento das desigualdades sociais, raciais e de gênero, bem como perseguição às minorias em direitos.

Vivemos hoje uma conjuntura que dificulta/inviabiliza o exercício da empatia pelo outro, principalmente pelo outro que destoa de normatividades. Poucos são aqueles dispostos a se conectar com outras pessoas, emocional e/ou intelectualmente (35), sendo esta atitude mais facilmente encontrada nas relações psicoterapêuticas (36). Não por acaso, o ex presidente dos Estados Unidos, Barack Obama disse, em um pronunciamento no início dos anos 2000, quando ainda era senador, que o maior *déficit* que a sociedade e o mundo têm é o *déficit* de empatia (37). O conceito foi muito estudado e praticado por estudiosos da Abordagem Centrada na Pessoa durante o século XX e esteve negligenciado nas últimas décadas (38) – talvez em função do



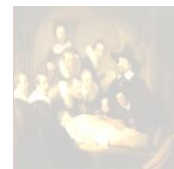
recrudescimento do capitalismo na sua modalidade mais predatória, a neoliberal. No contexto atual, passa a ser novamente preocupação, inclusive de líderes mundiais, dada a necessidade de aumentarmos a compreensão mútua e a compaixão tanto entre próximos como entre distintos.

Podemos compreender a dificuldade em se estabelecer relações empáticas ao se pensar na própria dificuldade de autocrítica reflexiva. Muitos optam por fugir da angústia existencial que vivem se embriagando com os atrativos que a indústria do entretenimento e do consumo lhes oferta, abrindo mão de olharem para dentro e se conhecerem (39). Dessa forma, criam terreno fértil para os mecanismos de alienação coletiva avançarem, já que a maior alienação, é a alienação de si (5).

Gostaríamos de finalizar esse tópico refletindo sobre culpabilização do outro e alienação. Para isso, apresentamos abaixo uma Análise de Conteúdo (6) feita em cima dos 126 comentários deixados por internautas em uma notícia (7) veiculada um dia após o lançamento, pelo presidente Bolsonaro, do projeto de implantação de escolas públicas cívico-militares, em setembro de 2019, no site de notícias g1.globo.com/educação. Adotamos como critério de inclusão para a análise selecionar apenas os comentários que apresentassem argumentos e opiniões expressas independentes de conflitos políticos.

Nossa análise trouxe os seguintes dados, extraídos de 45 comentários válidos: 62,2% dos internautas que comentaram a notícia se mostraram favoráveis à implantação das escolas cívico-militares. As principais motivações estão ligadas às seguintes palavras-chave: disciplina (19,6% das respostas); segurança (17,4%); desrespeito ao professor (17,4%); maconha (10,9%); violência (8,7%); marxismo cultural (4,3%); outros motivos (21,7%). Os 37,8% que demonstraram ser contra o projeto têm como crítica o custo maior por aluno das escolas militares; o fato do modelo militarizado não possibilitar uma educação crítica e reflexiva; a imposição da ideologia, rigor e coerção militar a alunos e professores; a quebra da autonomia escolar e docente.

Dentre os comentários consoantes, destacamos o discurso de culpabilização de alunos e famílias pobres, ainda bastante arraigado nas representações acerca do fracasso escolar e problemas de aprendizagem. Vemos aí que a teoria da carência cultural, criticada, questionada e banida como forma de compreensão do fracasso escolar dos mais pobres, segue justificando o preconceito contra a clientela da escola pública (40-41). No atual Ministério da Educação (MEC), a culpabilização dos mais



pobres está na base dos projetos lançados pelo governo. Em dezembro de 2019, foi lançado o Programa “Conta pra mim” (42), que objetiva incentivar a literacia familiar como estratégia para ajudar na alfabetização das crianças. Com essa política, o Estado se desresponsabiliza de investir na Política Nacional de Alfabetização, onde deveria oferecer boa formação aos educadores, investir em metodologias e recursos inovadores, por exemplo. Ao invés disso, deposita nos mais pobres essa responsabilidade, já que, nas palavras do próprio Ministro da Educação “as famílias mais ricas já leem para seus filhos” (43). A título de ilustração, compartilhamos três comentários dos internautas que concordam com a militarização das escolas (7), onde fica exposta essa culpabilização e preconceito contra alunos e famílias pobres:

“Existem crianças no Brasil que têm pais bandidos e essas crianças devem ser tomadas desses bandidos e serem colocadas em escolas militares integrais para mudar a bandidagem no Brasil.”

“Nossas escolas hoje em dia carecem de disciplina, uma vez que pais de alunos não educam seus filhos em casa. Com disciplina militar os jovens vão aprender a respeitar pais, professores e a sociedade em geral”

“Eu queria que uma daquelas escolas onde tem aluno que bate no professor e entra armado na sala de aula aderisse ao programa e permitisse que fosse feito um programa de TV mostrando o antes e o depois da faxina”.

Também consideramos relevante destacar a alienação gerada pela enxurrada de *fake news* disseminada via rede sociais (44) que, nos últimos anos, tem colaborado para gerar (ainda mais) pânico, terror, segregação e conflito social. Milhões de pessoas decidiram seu voto nas eleições presidenciais de 2018 com base em notícias falsas criminosamente veiculadas nas redes. A expressão *marxismo cultural*, que aparece nos comentários analisados, é parte dessas informações falsas, manipuladas e compartilhadas por grupos de extrema direita. Segundo especialistas, o termo não existe, nunca foi cunhado ou utilizado pelos autores marxistas mais relevantes. Porém, ele tem sido disseminado como expressão que explica o interesse da esquerda em conquistar o poder político do país através da doutrinação marxista na educação e na cultura (45). E tem chegado à população em geral da forma como aparece neste comentário: “A escola pública é só drogas e marxismo cultural destruindo os jovens” (7).

Diante de todo o caos que enfrentamos na educação, a sociedade busca culpabilizar e dar nome aos vilões e provocadores desse quadro desesperador. As “famílias desajustadas”, os profissionais da educação e, recentemente, teóricos como



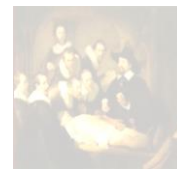
Paulo Freire foram atacados e elencados como réus culpados por todo o caos (41; 46-47). A grande mídia e as *fake news* amplificam, dão eco e título de verdade às visões e noções deturpadas enquanto os verdadeiros culpados, o neoliberalismo e o Estado, saem isentos nesse julgamento. O primeiro por sempre priorizar o poder econômico em detrimento dos direitos sociais; e o último por administrar mal os recursos e não implementar políticas públicas eficazes e capazes de trazer possíveis soluções para o enfrentamento dos problemas da educação (33).

“A esperança dança! Na corda bamba de sombrinha!”: a Educação Humanista como nosso Plano B

O ato de educar é uma decisão política e uma escolha de mundo. Nos posicionarmos contra a militarização da educação revela nossa identidade, quem somos, o que pensamos, que mundo queremos, em qual educação acreditamos. Acreditamos numa educação humanista, autônoma, reflexiva, dinâmica e libertadora. É sobre esses aspectos que vamos em diálogo com outros pensadores defender um modelo de escola e de educação que julgamos ser a mais adequado e que se encontra ameaçado por esse projeto neoliberal que se esconde no fetiche da violência para apregoar, a partir do medo, um discurso de que a escola militar é a salvadora.

Partindo do pressuposto de que toda instituição de ensino é atravessada, inevitavelmente, por relações de poder verticalizadas, uma abordagem orientada na educação humanista pretende oferecer recursos num sentido de horizontalizar essas relações, promovendo a construção de um ambiente que tenha o diálogo, a troca e o respeito à diversidade como parâmetros fundamentais para se consolidar uma aprendizagem verdadeiramente eficaz (48).

Entendemos então que a educação humanista é aquela que visa enfatizar as relações interpessoais no sentido de tornar mais humana a experiência de construção da personalidade do indivíduo, pautado na perspectiva do olhar empático e da Educação Centrada no Estudante (ECE). Além disso, a educação humanista preza pela responsabilidade com os aspectos psicológicos, afetivos e pessoais da vida do indivíduo (49). Reconhecemos a educação humanista como aquela que percebe o caráter plural e diverso de nossa sociedade. Ao conceber essa pluralidade, ela investe no desenvolvimento de cada pessoa. A proposta de educação que lutamos é a mais plural possível, reconhecendo em cada sujeito a sua história, respeitando a sua subjetividade.



Dessa forma, alguns princípios importantes desse paradigma são: o respeito à autonomia do educando e a abertura/ disponibilidade do educador ao diálogo (e não o simples depósito de conteúdos, ou seja, uma relação unidirecional, não mútua). (8) Acreditamos na educação como algo dinâmico, em constante transformação e que não aprisione os sujeitos. Pensar numa educação com esses princípios requer de nós um grau de empatia que possibilite compreender o mundo subjetivo do outro (educando) de modo a perceber e aceitar sua maneira singular de lidar com o conhecimento que está sendo apresentado (1) - mesmo que essa maneira seja peculiarmente distinta daquilo que é normatizado pelos manuais de psicologia do desenvolvimento ou pelos indicadores educacionais. É um encontro com o saber desse outro num processo de alteridade.

O encontro entre olhares que não se anulam, pois coexistem, por existir uma consciência desse “outro” distinto do meu “eu”, se torna potente. Viver o processo de alteridade implica a aceitação dessa interação e dependência do “outro” sem o qual a visão do “eu” não é completa, pois lhe faltam os elementos que são acessados apenas a partir da posição ocupada pelo “outro” (50). Perceber a alteridade como potência requer um comprometimento com a diversidade e com as múltiplas formas de ser e estar no mundo.

Entender que não existe docência sem discência evoca uma relação de interdependência onde cada uma das pessoas envolvidas nos processos de construção de conhecimento é necessária e importante (8). Isso nos aproxima da compreensão de que aquele que ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender, evocando assim a empatia da qual estamos trabalhando aqui (51). Estabelece-se, dessa forma, a percepção de uma relação de interdependência com o outro, com corresponsabilidade por um processo em que ambos precisam se assumir “epistemologicamente curiosos”, pois “ensinar inexiste sem aprender”. Nesse processo, o diálogo é fundamental, não apenas com a escuta de múltiplas vozes, mas dando a possibilidade para que se exerça o direito à palavra, visto que o diálogo é o encontro dos homens, que não se esgota na relação eu-tu.

Pensar em uma Educação Centrada em Estudantes é justamente ir no sentido contrário de entender o aluno como mero consumidor dos conteúdos abordados, percebendo-o, então, como construtor de conhecimentos. Nesse sentido, entendemos que o aluno como sujeito da produção do saber, o que consolida a ideia de que



ensinar não é transferir conhecimento, mas se trata do ato de construir um caminho para a sua produção (8).

Para fins de exemplos de que é possível alcançar uma educação em que o aluno seja o centro da aprendizagem, com um viés de educação humanista, encontramos a educação finlandesa. A Base Curricular Nacional Finlandesa baseia-se em ações de envolvimento dos alunos, sendo esse o sistema de organização de aprendizagem em suas escolas, onde o principal objetivo é que os alunos sejam vistos como sujeitos agentes, que tenham a liberdade e capacidade de formular questões e atividades pertinentes para seus aprendizados. Trata-se de um método que leva em consideração os interesses das crianças como elementos fundamentais (52).

A metodologia abordada na educação finlandesa se fundamenta na Aprendizagem Baseada em Fenômenos, cujo objetivo é de promoção do pensamento criativo e tem enfoque na aprendizagem significativa (52). Essa abordagem parte dos questionamentos e observações dos próprios alunos e de seus contextos do cotidiano para desenvolver as atividades e projetos complexos, juntamente com a ajuda do professor, mas em um viés coletivo. Esse tipo de abordagem, parte da compreensão de que o sistema de ensino tradicional é produzido de forma segmentada e afasta os estudantes das questões da vida real, reproduzindo uma visão destoante e tendenciosa da vida cotidiana.

É importante ressaltar, porém, que trazer a educação finlandesa como exemplo não significa reproduzir, de forma colonialista, este sistema e cultura educacional. Consideramos relevante para esta discussão apresentar outros modos e visões sobre a aprendizagem escolar, com enfoque humanista e não autoritário, que estão sendo abordados em um país de referência como a Finlândia, que tem mostrado resultados bastante satisfatórios em termos educacionais (53). Ao nos remetermos a experiências finlandesas enfatizamos que são possíveis relações interpessoais e de construção de conhecimentos pautadas nas especificidades e interesses de cada estudante. Trata-se, portanto, de um método que dialoga com a Educação Centrada em Estudantes, pois atribui ao aluno espaço para manifestar seu pensamento crítico e criativo, baseado em experiências do cotidiano dos próprios alunos.

Existem também no Brasil diferentes posturas e práticas pedagógicas que, de alguma forma, se alicerçam em relações empáticas. Entre elas, temos o Método Trezentos (54), que pode ser usado em diferentes contextos educacionais e tem por foco o trabalho cooperativo entre estudantes. Nessa iniciativa pedagógica existe a



construção de uma auto e heteropercepção/ ressignificação de identidade de estudantes como capazes, produtores de conhecimento e que reconhecem o outro em toda a sua alteridade enquanto parcerias para uma construção coletiva de conhecimentos.

“Andar com fé eu vou, que a fé não costuma falhar!” (ou como resgatar a fé na humanidade)

Iniciamos essa discussão ressaltando que não existe neutralidade na educação. Ela sempre será baseada por uma base ideológica incluyente ou excludente (8), ou seja, se ela não servir para a emancipação dos sujeitos sociais e para a sua libertação, ela estará contribuindo para a opressão e alienação dos mesmos. Sobre esse aspecto, consideramos que por mais neutra que pareça ser a prática docente, ela é carregada de sentido político, ainda que esse sentido não se revele (55).

O ato de valorizar uma prática educativa voltada ao respeito e valorização do outro, que abraça o multiculturalismo e potencializa o processo de ensino-aprendizagem por meio da concepção da pedagogia transformadora é por si só um posicionamento político na educação (10). Essa postura busca enfrentar toda prática que vise adequar o aluno a um sistema que invade singularidades e as elenca como inadequadas, um sistema que limita o pensar, a pluralidade, que segrega modos de ser e estar no mundo, que discrimina, que exclui, que aprisiona, ou seja, a forma que a educação militarizada impõe a corpos e mentes dissidentes e destoantes.

O modelo cívico-militar, conforme visto nos documentos que fundamentam esta prática escolar, parte do pressuposto que rigor e disciplina militares são a base para formar uma pessoa de bem (4; 20). Porém, que criança ou adolescente vai desenvolver reflexão e pensamento crítico para questionar desigualdades, reconhecer, lutar por seus direitos, criar, inovar e desconstruir preconceitos arraigados na sociedade, se sua escola e seus professores não permitem qualquer questionamento? Normas militares são inquestionáveis e a forte hierarquia é o esteio dessa instituição secular. Ademais, ao se considerar os aspectos estritamente pedagógicos, não é um método que de fato apresente resultados de destaque gerados por sua abordagem disciplinar e coercitiva (21).

Por outro lado, a proposta de empatia na educação se alicerça na abertura/ disponibilidade para a escuta e o respeito à diversidade entre pessoas que se relacionam nesses ambientes educacionais (40). Nesse sentido, afirmamos que a



empatia precisa deixar de ser apenas um vocabulário comumente usado em nossas escolas, para ser efetivamente praticada, tornando-se, por sua vez, uma prática imprescindível no cotidiano escolar.

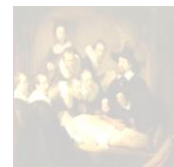
Assim, entendemos que a educação empática está presente em diferentes espaços e condições: seja na forma de uma educação popular que promova a autonomia, o pensamento crítico e emancipação humana (8;10; 51); em práticas pedagógicas que incitem a construção coletiva de conhecimentos a partir do diálogo e apoio (54); em um currículo e prática diária que entenda a importância de se partir de interesses e protagonismos de estudantes (52).

É imprescindível que exista uma estrutura educacional que comporte a multiplicidade de sujeitos e saberes e, além disso, que valorize e fomente a capacidade individual e coletiva de estudantes se constituírem enquanto produtores de conhecimentos e novas possibilidades (26) ao invés de reproduzirem de forma passiva conteúdos curriculares que lhes foram depositados. Ao se valorizar e respeitar a diferença, inclusive em comportamentos e formas de se estar no mundo, as instituições educacionais abrem espaço para que estudantes integrem de forma ativa não só a comunidade escolar, mas também científica, política, cultural.

Em suma, entendemos que a atitude empática é contagiosa: ser compreendido de forma empática por alguém reverbera em mais empatia nas relações. É uma aprendizagem que se dá no contato eu-tu e também nas pequenas e grandes comunidades. E é terapêutico para todos os envolvidos (56). Muitas são as experiências de psicólogos da Abordagem Centrada na Pessoa em grupos onde a empatia foi emanada, a confiança no outro cresceu e houve fortalecimento (e o retorno do humano) naquele coletivo (40; 46).

Dessa forma, acreditamos ser fundamental para restabelecer a confiança no outro, base para o convívio social (57), que as ideias humanistas para a educação - educação centrada em estudantes e empatia nas relações educativas - sejam discutidas, compartilhadas e disseminadas nas escolas públicas brasileiras. Somente quando as pessoas forem capazes de enxergar injustiça, desigualdade e se mobilizarem com a dor de outros muito distintos de si e das suas pessoas de referência (57), deixaremos de ler comentários que entendem que crianças e adolescentes pobres “são maioria marginais e drogados, só a PM pra dar jeito” (7).

À guisa de conclusão

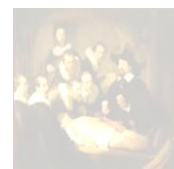


Neste artigo, nosso foco foi pensar sobre a educação pública brasileira e alguns de seus desafios atuais, mais especificamente sobre o modelo de educação cívico-militar em implementação em diversos Estados. Entendemos que a militarização da educação se ampara em métodos e posturas coercitivas que impedem a vivência de alteridades e se reduz à reprodução de conhecimentos de maneira unidirecional, não se constituindo enquanto ambiente de reflexão crítica e de constituição da autonomia.

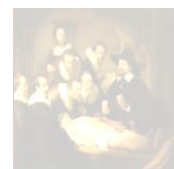
Oferecemos como contraponto a perspectiva humanizadora da Educação Centrada em Estudantes, frisando a importância de relações interpessoais empáticas na promoção da auto humanização e humanização do outro. É importante a construção de uma educação que vise valorizar a liberdade de pensamento, as diferenças individuais, a pluralidade das formas de aprender e ensinar, o exercício da empatia e da solidariedade humana. Vislumbramos a educação humanista e centrada em estudantes como um potente instrumento/caminho para a realização plena e total do indivíduo. O realizar-se exige, acima de tudo, respeito e liberdade para ser e existir. É nesse modelo de educação, que tem o diálogo e a escuta como pilares, que depositamos a nossa esperança.

Referências Bibliográficas:

- Rogers, CR. Liberdade para Aprender. Belo Horizonte: Interlivros, 1972.
- Goldstein, TS. Olhares críticos para a contemporaneidade: reflexões sobre pesquisa, formação e atuação profissional em tempos eticamente fraturados. In: Lemos FCS et al, Editores. Conversas transversalizantes entre psicologia política, social-comunitária e institucional com os campos da educação, saúde e direitos. Volume 7. 1. ed. Curitiba: CRV, 2017. p.93-104.
- Holanda SB. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Ministério da Educação [www.mec.gov.br]. Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares [Acesso em 08 jan 2020]. Disponível em: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>
- Adorno T. Educação e Emancipação. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.
- Escola cívico-militar: Veja perguntas e respostas sobre o modelo defendido pelo governo Bolsonaro.G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/09/05/escola-civico-militar-veja-perguntas-e-respostas-sobre-o-modelo-defendido-pelo-governo-bolsonaro.ghtml> [Acesso em 09 jan 2020]
- Freire P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- Insfran FFN, Lopes JC. Educação Centrada em Estudantes: práticas e conversações. 1ª edição. Curitiba: CRV, 2020.
- hooks B. Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.



- Saez V. Una mirada a la investigación sobre medios, violencia y escuela. Entramado [periódico na internet] 2012 Jan/Jun [Acesso em 09 jan 2020] 11(1). Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/entra/v11n1/v11n1a10.pdf>
- Junqueira TL, Silva FCO. Representações discursivas da escola democrática do DF na mídia jornalística. Alfa: Revista de Linguística. (São José Rio Preto) [periódico na internet]. 2018 [acesso em 09 jan 2020] 62 (2). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/alfa/v62n2/1981-5794-alfa-62-2-0297.pdf>
- Assunção AA, Oliveira, DA. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. Educ. Soc. [periódico na internet] 2009 Ago [Acesso em 10 jan 2020] 30 (107). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n107/03.pdf>
- Gasparini S.; Barreto S.; Assunção A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. Educação e Pesquisa [periódico na internet] 2005 [acesso em 11 jan 2020] 31(2). Disponível em: www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a03v31n2.pdf
- Shiroma EO, Moraes MCM, Evangelista O. Política Educacional. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.
- Aquino J. A violência escolar e a crise da autoridade docente. Cad. CEDES [periódico na internet]. 1998 Dez [Acesso em 10 jan 2020] 19 (47). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v19n47/v1947a02.pdf>
- Libâneo JC. Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- Teixeira L. 66% dos professores já precisaram se afastar devido a problemas de saúde. Revista Nova Escola. 16 de agosto de 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/12302/pesquisa-indica-que-66-dos-professores-ja-precisaram-se-afastar-devido-a-problemas-de-saude> [Acesso em 25 nov 2019]
- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação [http://www.anped.org.br] Militarização das escolas públicas: solução? [acesso em 9 jan 2020] Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/militarizacao-de-escolas-publicas-solucao>
- Brasil. Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2019/decreto-10004-5-setembro-2019-789086-publicacaooriginal-159009-pe.html> [Acesso em 8 jan 2020].
- Saldaña P, Carazzai EH, Gamba E, Takahashi F. Escolas militares e colégios civis com mesmo perfil têm desempenho similar. Folha de São Paulo. 18 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/02/escolas-militares-e-colegios-civis-com-mesmo-perfil-tem-desempenho-similar.shtml>
- Cafardo R, Jansen R. Estudantes de colégio militar custam três vezes mais ao país. Estado de São Paulo. 25 de agosto de 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,estudantes-de-colegio-militar-custam-tres-vezes-mais-ao-pais,70002473230>
- Rodrigues RP. Sentinelas dos Mares: a Carreira Militar e suas Representações Sociais para Aspirantes e Oficiais da Marinha do Brasil. Rio de Janeiro. Dissertação [Mestrado em Psicologia] - Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFRRJ, 2014.
- Ministério da Educação [www.mec.gov.br]. Base Nacional Curricular Comum, 2017 [Acesso em 04 jan 2020]. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>
- La Taille. Moral e Ética: uma leitura psicológica. Psic.: Teor. e Pesq. [periódico na internet]. 2010 [acesso em 17 jan 2020] 26 (no.spe). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26nspe/a09v26ns.pdf>
- Walsh CE. Pedagogías decoloniales caminando y preguntando: Notas a Paulo Freire desde Abya Yala. Entramados - Educ. Soc. [periódico na internet] 2014 [acesso em 15



nov 2019] 1 (1), Disponível em:
<https://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/entramados/article/view/1075>
Câmara dos Deputados [www.camara.leg.br] Proposta anula decreto que criou programa de escolas cívico-militares [Acesso em 8 jan 2020]. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/noticias/619770-proposta-anula-decreto-que-criou-programa-de-escolas-civico-militares/>
Câmara dos Deputados [www.camara.leg.br] Para professores, escola cívico-militar traz exclusão; militares afirmam que traz disciplina [Acesso em 8 jan 2020] Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/noticias/557140-para-professores-escola-civico-militar-traz-exclusao-militares-afirmam-que-traz-disciplina/>
Professores contra o escola sem partido [<https://profscontraesp.org>] 4 argumentos contra a militarização das escolas públicas [Acesso em 16 jan 2020]. Disponível em:
<https://profscontraesp.org/2019/10/14/4-argumentos-contra-a-militarizacao-de-escolas-publicas/>
Lüdke M, Boing LA. O trabalho docente nas páginas de Educação & Sociedade em seus (quase) 100 números. Educ. Soc. [periódico de internet] 2007 Out [Acesso em 06 jan 2020] 28(100). Disponível em: www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2528100.pdf
Boulos G. A onda conservadora. In Demier F, Hoeveler R, editores. A Onda Conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2016. p. 29 - 32.
Linares A, Bezerra JEB. Obscurantismo contra a liberdade de ensinar. In: Cassio F, editor. Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019. p.127-133.
Frigotto G. Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2019.
Gabry TS. Educação contra a barbárie: caminhos para um pensamento crítico. Trabalho de Conclusão de Curso. [Graduação em Pedagogia]. Universidade Federal Fluminense. Santo Antônio de Pádua, 2019.
Tassinari M, Durange W. Neurônios da empatia: os fios invisíveis da conectividade humana. In: Tassinari M, Durange W, editores. Empatia: a capacidade de dar luz à dignidade humana. Curitiba: CRV, 2019. p. 37- 49.
Buys R. Empatia e Psicoterapia. In: Tassinari M, Durange W, editores. Empatia: a capacidade de dar luz à dignidade humana. Curitiba: CRV, 2019. p. 51 - 59
Obama B. Literacy & empathy. [Acesso em 14 jan 2020] Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=LGHbbJ5xz3g>
O’Hara M. Abertura à empatia: um modo de ser desvalorizado. In: Tassinari M, Durange W, editores. Empatia: a capacidade de dar luz à dignidade humana. Curitiba: CRV, 2019. p. 15 - 22
Neuvald L. Subjetividade e formação na perspectiva adorniana. Educação Unisinos [periódico na internet] 2013 Jan/Abr [Acesso em 10 jan 2020] 17(1). Disponível em:
www.revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/viewFile/edu.2013.171.03/1409
Insfran FFN. Empatia na educação: buscando a superação de antigos entraves a experiências significativas de aprendizagem. In: Tassinari M, Durange W, editores. Empatia: a capacidade de dar luz à dignidade humana. Curitiba: CRV, 2019. 61 - 83
Patto MHS. A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Intermeios, 2015.
Ministério da Educação [www.mec.gov.br]. Programa Conta Pra Mim [Acesso em 10 jan 2020]. Disponível em: <http://alfabetizacao.mec.gov.br/18-para-pais-e-responsaveis/25-programa-conta-pra-mim>



- Ministério da Educação [www.mec.gov.br]. Conheça o Tito, mascote do programa Conta pra Mim [Acesso em 10 jan 2020]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h0yVrT8clVo&feature=youtu.be>
- Recuero R, Gruzd A. Cascatas de Fake News Políticas: um estudo de caso no Twitter. Galáxia [periódico na internet] 2019 Mai [Acesso em 09 jan 2020] 41. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gal/n41/1519-311X-gal-41-0031.pdf>
- Bridi C, Beraldo P. O que é 'marxismo cultural' e por que ele é debatido? Estado de São Paulo. 11 de abril de 2019. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,o-que-e-marxismo-cultural-e-por-que-ele-e-debatido,70002786682>
- Rogers CR. Sobre o Poder Pessoal. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- Calçade P. Na mira de Bolsonaro, Paulo Freire não está no currículo, mas é referência nas escolas. Folha de São Paulo. 25 de outubro de 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/10/na-mira-de-bolsonaro-paulo-freire-nao-esta-no-curriculo-mas-e-referencia-em-escolas.shtml> [Acesso em 26 de jan 2020].
- Bezerra EN, Monteiro CAS, Castro Junior MG. Reflexões humanistas sobre a atuação em Psicologia Escolar e Educacional em tempos de enfrentamento. In: Insfran FFN, Lopes JC, Editoras. Educação Centrada em Estudantes: práticas e conversações. Curitiba: CRV (no prelo).
- Lima LD, Barbosa ZCL, Peixoto SPL. Teoria Humanista: Carl Rogers e a Educação. Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais [periódico na internet] 2018 Mai [Acesso em 05 jan 2020] 4 (3). Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitshumanas/article/view/4800/2804>.
- Buber M. Eu e Tu. 10. ed. São Paulo: Centauro Editora, 2006
- Freire P. Pedagogia do Oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- Talvio M, Rainio AP, Häkkinen E, Vartiainen VL. Estudantes de licenciatura aprendendo a trabalhar com projetos de aprendizagem baseados em fenômenos - Um caso da Finlândia. In: Insfran FFN, Lopes JC, Editoras. Educação Centrada em Estudantes: práticas e conversações. Curitiba: CRV (no prelo).
- Sahlberg P. Lições finlandesas: o que o mundo pode aprender com a mudança educacional na Finlândia? Niterói: Eduff, 2017
- Moreira M, Fragelli R. O método trezentos sob a lente de estudantes isolados. In: Insfran FFN, Lopes JC, Editoras. Educação Centrada em Estudantes: práticas e conversações. Curitiba: CRV (no prelo).
- Saviani D. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2012.
- Rogers CR. Uma maneira negligenciada de ser: a maneira empática. In: Rogers CR, Rosenberg RF, Editores. A pessoa como centro. São Paulo: EPU, 1977.
- Soares LE. Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos. 1a ed. São Paulo: Boitempo, 2019.